

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA DIMED S.A. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

DIMED S.A. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Industrial Belgraff, n.º 865, Bairro Industrial, CEP 92990-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 92.665.611/0001-77, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCERGS") sob o NIRE 43300003221, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão da Emissora ("Debenturistas" e, individual e indistintamente, "Debenturista"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33300014373, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos Debenturistas, neste ato, representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

vêm por esta firmar, na melhor forma de direito, o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da DIMED S.A. Distribuidora de Medicamentos" ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA EMISSÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 29 de agosto de 2014 ("RCA"), cuja ata será apresentada para registro perante a JUCERGS, na qual foi deliberada: (i) a aprovação

da Emissão e das Debêntures, incluindo seus termos e condições, conforme o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); (ii) a aprovação da Oferta Restrita (conforme definido abaixo), incluindo os seus termos e condições, conforme o disposto na Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.385/76") e na Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"); (iii) para os fins do disposto no artigo 10, alínea (f), item (3), do estatuto social da Emissora, a autorização para a prestação da Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) pela Emissora, nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária"); (iv) a delegação de poderes à Diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definido abaixo); e (v) a autorização, no âmbito e para fins da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definido abaixo), ao Agente Fiduciário para atuar, isoladamente, como bastante procurador da Emissora, estritamente nos termos do item 2.5.3. abaixo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada em observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1. A distribuição pública das Debêntures desta Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta Restrita"), estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 6º da Instrução CVM 476 e o artigo 19, *caput*, da Lei 6.385/76.

2.1.2. Não obstante o disposto no parágrafo primeiro, inciso I, e parágrafo segundo do artigo 1º do novo "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em razão da inexistência de diretrizes e regulamentação específicas para tanto expedidas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 9º do referido código, a Oferta Restrita será registrada na ANBIMA desde que expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas até a data de envio à CVM da Comunicação de Encerramento (conforme definido abaixo).

2.2. Arquivamento na JUCERGS e Publicação da Ata da RCA

2.2.1. A ata da RCA, que deliberou sobre a Emissão, a Oferta Restrita e a Cessão Fiduciária, será arquivada na JUCERGS e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no "Jornal do Comércio", em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata da RCA, bem como das referidas publicações, tempestivamente após as respectivas datas de arquivamento e publicação.

2.3. Arquivamento desta Escritura de Emissão na JUCERGS

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERGS, de acordo com o inciso II e o parágrafo terceiro do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCERGS, tempestivamente após a data de obtenção dos referidos registros.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.3. Não obstante o disposto no item 2.4.2. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de sua subscrição por Investidor Qualificado (conforme

definido abaixo), nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, e observado ainda o cumprimento, pela Emissora, das obrigações dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5. Registro da Cessão Fiduciária

2.5.1. O Contrato de Cessão Fiduciária será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora e do Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias a contar da data de sua assinatura, nos termos do inciso III do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações e do parágrafo primeiro do artigo 1.361 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil").

2.5.2. Tempestivamente após a obtenção de tais registros, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do Contrato de Cessão Fiduciária, devidamente registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

2.5.3. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome da Emissora, e às expensas desta, como seu bastante procurador, promover o registro do Contrato de Cessão Fiduciária caso a Emissora não o faça, nos termos do item 2.5.1. acima e nos termos dispostos nos artigos 653, 661, parágrafo primeiro, e 684 do Código Civil, e conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária.

2.5.4. O eventual registro do Contrato de Cessão Fiduciária realizado pelo Agente Fiduciário não isenta a Emissora do descumprimento de obrigação não pecuniária, nos termos do inciso (vi) do item 4.14.3. abaixo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social o comércio e a prestação de serviços, abaixo especificados, na matriz e suas filiais: (i) **Drogaria**, que funcionará em todos os estabelecimentos da empresa, destinada ao comércio varejista de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, em suas embalagens originais, e que funcionará em dependências separadas por balcões ou divisórias das demais seções de produtos que se enquadram no conceito legal de "drogaria"; (ii) **Farmácia**, que além dos objetivos constantes dos estatutos, no que se enquadra, efetuará a manipulação de drogas; (iii) **Drogaria Agro-Veterinária**, destinada ao comércio varejista de produtos agro-veterinários, implementos

agrícolas, fungicidas, herbicidas, fertilizantes, adubos simples e compostos, sarnecidas e demais produtos químicos, minerais e orgânicos, utilizados na agricultura, na avicultura e congêneres; (iv) **Seção de Loja de Conveniência e “Drugstore”**, que funcionará em todos os estabelecimentos da empresa, em dependências separadas por balcões ou divisórias, destinadas ao comércio, mediante autosserviço ou não, de diversas mercadorias, com ênfase para aquelas de primeira necessidade, dentre as quais alimentos em geral, chocolates, refrigerantes, bebidas isotônicas, água mineral, sorvetes, alimentos congelados, alimentos e cereais infantis, sopas, balas, produtos de higiene e limpeza, perfumarias tais como pilhas, filmes, fitas cassete e de vídeo para gravação, artigos de habitação, aparelhos elétricos de uso doméstico, óculos, brinquedos, livros educativos e jornais; (v) **Comércio Atacadista**, que funcionará com a distribuição de produtos de seu comércio em filiais atacadistas da Emissora; (vi) **Importação e Exportação de artigos de sua atividade comercial**; (vii) **Prestação de Serviços**, tais como: reprodução de documentos em cópias fotostáticas, revelação de fotografias em laboratório especialmente instalado nos estabelecimentos, em locais adequados e separados para máquinas de foto acabamento, vendas de fichas ou cartões para telefones públicos, aplicação de injeções, bem como locação e sublocação de aeronaves por ato do Conselho de Administração; (viii) **Prestação de Serviços de interesse comunitário**, tais como recebimentos de contas, mediante convênios, de água e esgotos, de energia elétrica, de telefone, tributos e contribuições; (ix) **Participação no capital** de outras sociedades, por ato do Conselho de Administração; (x) **Tele-entrega** dos produtos do seu comércio; e (xi) **Atividades de atenção à saúde humana**, tais como serviços de vacinação e imunização humana e atividades de atenção ambulatorial não especificados anteriormente.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Série

3.3.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.4. Valor Total da Emissão

3.4.1. O valor total da Emissão será de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão").

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 600 (seiscentas) Debêntures.

3.6. Destinação dos Recursos

3.6.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados (i) a investimentos na ampliação e abertura de lojas comerciais da Emissora; (ii) a reformas em centros de distribuição da Emissora; e (iii) ao reforço de capital de giro da Emissora relacionados exclusivamente aos investimentos indicados nos incisos (i) e (ii) anteriores.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1. A instituição prestadora de serviços de (i) banco liquidante da presente Emissão; e (ii) escrituração e mandatário das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" ou "Escriturador Mandatário", conforme o caso).

3.8. Imunidade ou Isenção de Debenturistas

3.8.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 22 de setembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na respectiva Data de Emissão, será de R\$100.000,00 (cem mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.2.2. O Valor Nominal Unitário não será atualizado ou corrigido monetariamente por qualquer índice.

4.3. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.3.1. As Debêntures serão simples, portanto, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

4.3.2. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato emitido pela CETIP, em nome do Debenturista, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.4. Espécie

4.4.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real e contarão com a garantia prevista no item 4.18. abaixo.

4.5. Colocação

4.5.1. As Debêntures serão objeto da Oferta Restrita, a qual será realizada sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder").

4.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), nos termos do item 4.5.3. abaixo, sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo).

4.5.3. O público alvo da Oferta Restrita será composto por investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Investidores Qualificados").

4.5.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

4.5.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

4.5.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada na CVM e será registrada, conforme aplicável, na ANBIMA, observado o disposto no item 2.1.2. acima; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa com todos os seus termos e condições.

4.5.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em subscrever Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.5.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será, ainda, firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.6. Prazo, Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário e serão integralizadas, à vista e em uma única parcela, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação e os procedimentos estabelecidos pela CETIP, conforme aplicáveis.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 22 de setembro de 2020 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização Programada

4.8.1. O Valor Nominal Unitário será amortizado semestralmente, em 8 (oito) parcelas iguais e consecutivas, a partir do 30º (trigésimo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 22 de março de 2017 e os demais pagamentos nas datas e nas proporções indicadas na tabela constante do Anexo I abaixo (cada data de amortização das Debêntures, uma "Data de Amortização das Debêntures" e "Amortização Programada", respectivamente).

4.8.2. As Debêntures não serão objeto de amortização extraordinária.

4.9. Remuneração

4.9.1. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Integralização, correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ("Spread") de 1,31% (um inteiro e trinta e um centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração").

4.9.2.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata die*, desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo).

4.9.2. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

FatorDI produtivo das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Capitalização (inclusive), até a data de cálculo da Remuneração (exclusive) calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

nDI número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

Spread 1,3100

DP É o número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

4.9.2.1. O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.9.2.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.9.2.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2.4. O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.3. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo), e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração e termina na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.5. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, a Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo

de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata die* desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo da Remuneração das Debêntures será a última Taxa DI disponível; ou
- (ii) a Emissora deverá amortizar extraordinariamente as Debêntures, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, sendo certo que após o pagamento da última parcela a Emissora deliberará acerca do cancelamento das Debêntures. O cronograma deverá ser comunicado previamente à CETIP, com no mínimo 3 (três) Dias Úteis de seu início, através de correspondência da Emissora com o "ciente" do Agente Fiduciário, acompanhado dos documentos necessários. O cronograma não excederá a Data de Vencimento, observado que durante o cronograma de amortização extraordinária estipulado pela Emissora até a integral quitação das Debêntures, as Debêntures farão jus à remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima.

4.9.6. Farão jus aos pagamentos da Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo).

4.9.7. A Emissora, desde já, concorda com o disposto nos itens 4.9.4. a 4.9.6. acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos dos artigos 360 e seguintes do Código Civil.

4.10. Pagamento da Remuneração

4.10.1. O pagamento da Remuneração, calculada nos termos do item 4.9. acima, deverá ser realizado semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 22 de março de 2015, e os demais pagamentos devidos no dia 22 dos respectivos meses de março e setembro de cada ano, até a Data de Vencimento, conforme

detalhado na tabela constante do Anexo II abaixo (cada data de pagamento da Remuneração, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.11. Repactuação

4.11.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.12. Resgate Antecipado Facultativo

4.12.1. A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão ("Período de Carência para Resgate"), mediante deliberação de seus órgãos competentes, o resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) ("Resgate Antecipado Facultativo").

4.12.2. A Emissora deverá comunicar os Debenturistas sobre o Resgate Antecipado Facultativo, com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da efetiva realização do Resgate Antecipado Facultativo, por meio de aviso publicado nos termos do item 4.21. abaixo desta Escritura de Emissão ("Editais de Resgate Antecipado Facultativo").

4.12.3. O Edital de Resgate Antecipado Facultativo deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) a data efetiva para o resgate e pagamento aos Debenturistas; (ii) se o resgate antecipado será total ou parcial; (iii) a fórmula de cálculo do valor do Preço de Resgate (conforme definido abaixo); e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate.

4.12.4. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração devida desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a efetiva data do resgate, calculada nos termos do item 4.9. acima; (ii) de todos os demais valores devidos e não pagos pela Emissora até efetiva data do resgate nos termos desta Escritura de Emissão; e (iii) de prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas em montante calculado de acordo com a tabela abaixo ("Prêmio de Resgate" e "Preço de Resgate", respectivamente):

Período de Referência	Percentual incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso
Do 25º (vigésimo quinto) mês (inclusive) ao 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) a contar da Data de Emissão	0,30% (trinta centésimos por cento)
Do 37º (trigésimo sétimo) mês (inclusive) ao 48º (quadragésimo oitavo) mês (inclusive) a contar da Data de Emissão	0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)
Do 49º (quadragésimo nono) mês (inclusive) ao 60º (sexagésimo) mês (inclusive) a contar da Data de Emissão	0,20% (vinte centésimos por cento)
Do 61º (sexagésimo primeiro) mês (inclusive) ao 72º (septuagésimo segundo) mês (inclusive) a contar da Data de Emissão	0,15% (quinze centésimos por cento)

4.12.5. O pagamento do Preço de Resgate será realizado de acordo com os procedimentos previstos no item 4.19. abaixo para pagamentos a que fizerem jus as Debêntures.

4.12.6. A Emissora deverá comunicar à CETIP e ao Banco Liquidante a realização do resgate, por meio de correspondência escrita com a anuência do Agente Fiduciário, com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência em relação à efetiva data do resgate.

4.12.7. Caso o resgate seja realizado de forma parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá coordenar o sorteio. Neste caso, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP serão adotadas as normas de liquidação e os procedimentos estabelecidos pela CETIP, conforme aplicáveis, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e validação da quantidade de Debêntures de titularidade cada Debenturista a ser resgatada pela Emissora, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.12.8. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos previstos neste item 4.12. deverão ser canceladas pela Emissora.

4.13. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.13.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser celebrados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e, posteriormente, arquivados na JUCERGS nos termos dos itens 2.3.1. e 2.3.2. acima. Após a integralização das Debêntures, quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser precedidos de aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), nos termos da Cláusula Sétima abaixo.

4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. As Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata die* desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora ("Montante Devido Antecipadamente"), na ocorrência das hipóteses descritas nos itens 4.14.2. e 4.14.3. abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado").

4.14.2. Eventos de Vencimento Antecipado Automático: A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 4.14.2. acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático");

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária na respectiva data de pagamento;
- (ii) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias a que estejam sujeitas a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas, conforme o caso, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e

que não sejam decorrentes da presente Escritura de Emissão, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);

- (iii) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias a que estejam sujeitas a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e que não sejam decorrentes da presente Escritura de Emissão, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
- (iv) protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da intimação para pagamento do protesto, (a) for validamente comprovado que o protesto foi cancelado ou sustado ou objeto de medida judicial que o tenha suspenso; (b) tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; (c) for realizado o pagamento do título; ou (d) o protesto for justificado de forma aceitável aos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (v) (a) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou qualquer de suas controladas não devidamente elidido através do depósito do valor correspondente ao total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do pedido de falência, caso aplicável; (b) decretação de falência da Emissora e/ou qualquer de suas controladas; (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas, independentemente de deferimento pelo juízo competente; (d) propositura, pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (e) ingresso, pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas, em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juízo competente;
- (vi) encerramento, por qualquer motivo, das atividades da Emissora e/ou qualquer de suas controladas ou ocorrência de evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores;

- (vii) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou qualquer de suas controladas, exceto em caso de reorganização societária realizada dentro do mesmo grupo econômico da Emissora, desde que, nesse último caso, a sociedade prevalecente seja a Emissora;
- (viii) descumprimento, pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas, de decisão administrativa, sentença judicial transitada em julgado, decisão arbitral definitiva de natureza condenatória, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas);
- (ix) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações da Emissora e/ou qualquer de suas controladas, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo diretamente a Emissora e/ou qualquer de suas controladas – excetuadas a Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda. e a DIMESUL - Gestão Imobiliária Ltda., de forma direta ou indireta – sem a anuência prévia e expressa de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) especialmente convocada para este fim;
- (x) destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita para finalidade diversa da estabelecida no item 3.6. acima;
- (xi) descumprimento da obrigação de formalizar e constituir a Cessão Fiduciária, bem como questionamento pela Emissora da validade e exequibilidade da Cessão Fiduciária após sua formalização e constituição;
- (xii) decisão judicial declarando invalidade, ineficácia ou inexecutabilidade da Cessão Fiduciária, sem que seja apresentada pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de publicação da referida decisão judicial, proposta de substituição da Cessão Fiduciária, por outra(s) garantia(s) de mesma(s) característica(s), espécie e valor à época do trânsito em julgado da decisão aqui mencionada, ou apresentação de carta de fiança emitida por instituição financeira de primeira linha e em valor equivalente ao da Cessão Fiduciária, respeitando o Índice Mínimo de Garantia (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), ficando, em ambos os casos, a substituição da Cessão Fiduciária sujeita à

aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo);

- (xiii) declaração judicial de nulidade desta Escritura de Emissão;
- (xiv) transformação societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xv) redução do capital social da Emissora, salvo se decorrente de prejuízos acumulados;
- (xvi) resgate de ações da Emissora, se a Emissora estiver em mora com o pagamento de qualquer obrigação pecuniária na forma prevista nesta Escritura de Emissão, sendo certo que operações de recompra de ações de emissão da Emissora realizadas em mercado, respeitadas as disposições legais aplicáveis, não se sujeitam à restrição prevista neste inciso;
- (xvii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia e expressa anuência de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), especialmente convocada para este fim; e
- (xviii) caso o Índice Mínimo de Garantia (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) deixe de ser atendido por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis.

4.14.2.1. Os valores a que se referem os incisos (ii), (iii), (iv) e (viii) do item 4.14.2. acima serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IPCA”), ou outro índice que venha a substituí-lo.

4.14.2.2. Ocorrido qualquer Evento de Vencimento Antecipado Automático, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial ou notificação prévia, nesse sentido, obrigando-se a Emissora a realizar, no prazo indicado no item 4.14.3.4. abaixo, o pagamento do Montante Devido Antecipadamente.

4.14.3. Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático: Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados abaixo, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de

Debenturistas (conforme definido abaixo), nos termos do item 4.14.3.1. abaixo, para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, a qual ficará condicionada à entrega de notificação nesse sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora, observado o disposto nos itens abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático"):

- (i) ocorrência de alteração relevante adversa nas condições econômicas, financeiras, socioambientais ou operacionais da Emissora e/ou qualquer de suas controladas, conforme o caso, que afete a capacidade da Emissora e/ou qualquer de suas controladas, conforme o caso, de cumprir com suas obrigações ("Efeito Material Adverso"), a exclusivo critério dos Debenturistas;
- (ii) desapropriação, nacionalização, confisco, arresto, sequestro, penhora de bens ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique a perda de bens de propriedade da Emissora e/ou qualquer de suas controladas em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), exceto se a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, conforme aplicável, comprove em até 5 (cinco) Dias Úteis da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial suspendendo a eficácia da respectiva medida;
- (iii) constituição, prestação e/ou assunção, pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas, de quaisquer ônus, gravames, garantias reais, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse, detenção e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade da Emissora e/ou qualquer de suas controladas, em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se (a) a Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) que será prestada no âmbito desta Emissão, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, observado o Índice Mínimo de Garantia (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária); e (b) eventuais onerações em valor individual ou agregado igual ou inferior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas);
- (iv) alienação total ou parcial de bens do ativo não circulante da Emissora e/ou qualquer de suas controladas em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), conforme o caso, sem a anuência prévia e expressa de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas

(conforme definido abaixo) especialmente convocada para esse fim, excetuados os seguintes ativos: (a) Centro de Distribuição localizado na Cidade de São José, Estado de Santa Catarina, na Rodovia BR 101 – Km 207, n.º 1.120, Bairro Kobrasol, CEP 88108-790, e inscrito no competente registro de imóveis sob a matrícula n.º 8.332; (b) Centro de Distribuição localizado na Cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Guaporé, n.º 324, Bairro Vera Cruz, CEP 99040-470, e inscrito no competente registro de imóveis sob a matrícula n.º 50.601; (c) Centro de Distribuição localizado na Cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia BR-158, n.º 1.800, Bairro Medianeira, CEP 97095-080, e inscrito no competente registro de imóveis sob a matrícula n.º 111.435;

- (v) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão são falsas, incorretas ou enganosas;
- (vi) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, não sanado no prazo de até 8 (oito) Dias Úteis contados da data de comunicação do referido descumprimento pelo Agente Fiduciário à Emissora;
- (vii) concessão a terceiros, pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas, de mútuos, empréstimos, adiantamentos ou qualquer outra modalidade de crédito, por qualquer meio, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas), exceto se houver anuência prévia e expressa dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) convocada para este fim;
- (viii) concessão, pela Emissora a qualquer de suas controladas, de mútuos, empréstimos, adiantamentos ou qualquer outra modalidade de crédito, por qualquer meio, que correspondam, em valor individual ou agregado, a montante igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas);
- (ix) comprovação de que qualquer disposição relevante desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária foi revogada, rescindida, se tornou nula ou, por qualquer razão, deixou de estar válida e em vigor;

- (x) (a) se a validade e/ou exequibilidade da Cessão Fiduciária for objeto de questionamento judicial por qualquer terceiro; (b) na ocorrência da hipótese descrita na alínea (a) acima e caso os Debenturistas deliberem pela não declaração de vencimento antecipado, se tal questionamento posteriormente resultar na concessão de medida liminar que afete negativamente os direitos dos Debenturistas; ou (c) na ocorrência das hipóteses descritas nos itens (a) e/ou (b) e caso os Debenturistas deliberem pela não declaração de vencimento antecipado, se posteriormente for proferida sentença judicial ou arbitral que afete negativamente os direitos dos Debenturistas, ainda que referida sentença arbitral ou judicial não seja final;
- (xi) resgate ou amortização de ações de emissão da Emissora, sendo certo que operações de recompra de ações de emissão da Emissora realizadas em mercado, respeitadas as disposições legais aplicáveis, não se sujeitam à restrição prevista neste inciso;
- (xii) realização de qualquer pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora, se a Emissora estiver em mora com o pagamento de qualquer obrigação pecuniária na forma prevista nesta Escritura de Emissão, com exceção do pagamento do dividendo mínimo previsto no estatuto social da Emissora em vigor na data de assinatura desta Escritura de Emissão, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício;
- (xiii) inobservância dos "Princípios do Equador" ou da legislação socioambiental e sanitária, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde em geral, à saúde e segurança do trabalho e ao meio ambiente, bem como, o incentivo, pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas, à prostituição ou utilização em suas atividades de mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo, conforme (a) verificado pelo proferimento de decisão administrativa ou judicial contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, apontando tal inobservância ou incentivo; ou (b) pela inclusão da Emissora e/ou qualquer de suas controladas, em qualquer espécie de lista oficial de empresas que descumprem regras de caráter socioambiental ou sanitária;
- (xiv) inclusão da Emissora e/ou qualquer de suas controladas, bem como quaisquer sócios ou administradores da Emissora, no Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego ("MTE") e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, instituído pela Portaria Interministerial n.º 2, de 12 de

maio de 2011, relativo à manutenção de trabalhadores em condições análogas à de escravo;

- (xv) mudança ou alteração relevante do objeto social da Emissora de forma a alterar as atuais atividades principais da Emissora ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência em relação às atividades atualmente desenvolvidas, bem como concentração das atividades da Emissora em negócios em que a Emissora tenha experiência ou reputação substancialmente menor ou que apresentem rentabilidade substancialmente menor em relação às principais atividades atualmente desenvolvidas, ainda que tais negócios já sejam realizados na data de assinatura desta Escritura de Emissão e estejam descritos no objeto social da Emissora;
- (xvi) rescisão ou declaração judicial de invalidade, ineficácia, inexecutabilidade ou nulidade, total ou parcial, de obrigações e direitos relevantes aos Debenturistas, à Emissora e/ou qualquer de suas controladas previstos nesta Escritura de Emissão;
- (xvii) protesto de títulos contra qualquer das controladas da Emissora, conforme o caso, cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), salvo se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da intimação para pagamento do protesto, (a) for validamente comprovado que o protesto foi cancelado ou sustado ou objeto de medida judicial que o tenha suspenso; (b) tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; (c) for realizado o pagamento do título; ou (d) o protesto for justificado de forma aceitável aos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xviii) alteração, alienação ou transferência do controle acionário da Emissora e/ou qualquer de suas controladas (conforme definições de controle previstas nos artigos 116 e 243, parágrafo segundo, da Lei das Sociedades por Ações), exceto no caso da Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda. e da DIMESUL - Gestão Imobiliária Ltda., de forma direta ou indireta; e
- (xix) transferência de participação societária em percentual igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social total da Emissora.

4.14.3.1 Na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático o Agente Fiduciário deverá publicar edital de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), nos termos da Cláusula Sétima abaixo, no prazo de 2 (dois) Dias

Úteis a contar da data em que tomar ciência do Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas ou pela Emissora, para deliberar sobre a eventual não declaração de vencimento antecipado das Debêntures.

4.14.3.2 Na Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) mencionada no item 4.14.3.1. acima, que será instalada observado o quórum previsto na Cláusula Sétima abaixo, os Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), em primeira convocação ou em segunda convocação, poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, hipótese na qual o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado.

4.14.3.3 Na hipótese de (i) não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) mencionada no item 4.14.3.1. acima por falta de quórum, mesmo após segunda convocação; ou (ii) não ser alcançado o quórum mínimo para deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado, conforme estabelecido no item 4.14.3.2. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante imediato envio de notificação à Emissora neste sentido.

4.14.3.4 Em caso de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos dos itens 4.14.2.2. e 4.14.3.3. acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Montante Devido Antecipadamente no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados (i) da ocorrência do respectivo Evento de Vencimento Antecipado Automático; ou (ii) no caso de um Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático (a) do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido; ou (b) da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo).

4.14.4. A Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre a ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data de pagamento do Montante Devido Antecipadamente.

4.14.5. Os valores mencionados nos incisos (ii), (iii), (iv), (vii), (viii) e (xvii) do item 4.14.3. acima serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo.

4.14.6. Os valores mencionados nos incisos (ii), (iii) e (viii) do item 4.14.2. acima e nos incisos (ii), (iii), (iv), (vii), (viii) e (xvii) do item 4.14.3. acima, deverão ser entendidos como valores limites para cada sociedade mencionada, não se aplicando cumulativamente entre tais sociedades.

4.16. Multa Convencional e Juros Moratórios

4.16.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados pela Remuneração, conforme aplicável, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) à multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* ("Encargos Moratórios").

4.17. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.17.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.16. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou dos Encargos Moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo pagamento.

4.18. Cessão Fiduciária

4.18.1. A fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora perante os Debenturistas, o que inclui, principalmente, mas não se limita, ao pagamento das Debêntures, abrangendo a sua Amortização Programada, Remuneração, bem como todos e quaisquer outros pagamentos devidos pela Emissora, incluindo o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas da Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando, aos Encargos Moratórios, multas, indenizações, penalidades, despesas, custas, honorários arbitrados em juízo, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como a Remuneração do Agente Fiduciário, a remuneração dos serviços de Escriturador Mandatário e Banco Liquidante e todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas"), será constituída a Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo).

4.18.2. Observados os termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária, a Emissora cederá e transferirá, de forma irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, da totalidade dos recebíveis de cartões de crédito e débito de titularidade da Emissora ("Direitos Creditórios Cedidos"), nos termos do artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965 ("Lei 4.728/65"), com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei n.º 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada ("Lei 10.931/04"), dos artigos 18 a 20 da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada ("Lei 9.514/97"), e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, bem como das demais disposições legais aplicáveis ("Cessão Fiduciária").

4.18.3. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Cessão Fiduciária constituída em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.19. Forma e Local de Pagamento

4.19.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento de acordo com as normas de liquidação e os procedimentos estabelecidos pela CETIP, conforme aplicáveis, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Banco Liquidante mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas ou na sede da Emissora, conforme o caso.

4.20. Prorrogação dos Prazos

4.20.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes e/ou pelos Debenturistas, conforme disposto nesta Escritura de Emissão, até o Dia Útil imediatamente subsequente, se o vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" ou "Dias Úteis", conforme o caso, significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.21. Publicidade

4.21.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão e da Oferta Restrita que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no "Jornal do Comércio", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores. A publicação do referido aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.22. Aquisição Facultativa

4.22.1. Nos termos do artigo 55, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Emissora adquirir Debêntures de sua emissão: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras emitidas pela CVM vigentes à época. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo).

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável e noutras disposições desta Escritura de Emissão, a Emissora está obrigada a, enquanto houver Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo):

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) em até 5 (cinco) Dias Úteis após o prazo legalmente estabelecido após o término de cada exercício social, incluindo o exercício social corrente, ou na data de sua divulgação, conforme o caso, o que ocorrer primeiro (1) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e parecer do Conselho Fiscal, caso instalado; e (2) declaração assinada por

representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando (i) o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão, bem como que as mesmas permanecem válidas; (ii) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora;

- (b) em até 5 (cinco) Dias Úteis após o prazo legalmente estabelecido após o término de cada trimestre de cada exercício social, incluindo o exercício social corrente, ou na data de sua divulgação, conforme o caso, o que ocorrer primeiro (1) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao trimestre então encerrado, acompanhadas de relatório de revisão especial dos auditores independentes e parecer do Conselho Fiscal, caso instalado; e (2) declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão, especialmente, mas não se limitando, à manutenção do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (c) em até 5 (cinco) Dias Úteis após o prazo legalmente estabelecido, cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução da CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") (com exceção daquelas referidas nas alíneas (a) e (b) acima), caso não estejam disponíveis na CVM;
- (d) no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação relevante que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário com relação a si ou, ainda, de interesse dos Debenturistas;
- (e) avisos aos titulares de Debêntures de fatos relevantes, conforme definidos na Instrução da CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480 ou normativo que venha a substituí-la ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

- (f) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo descumprimento;
 - (g) na mesma data de sua publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.21. acima;
 - (h) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora que possam resultar em um Efeito Material Adverso; e
 - (i) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário.
- (ii) manter sempre atualizado, às suas expensas, o seu registro de companhia aberta perante a CVM, nos termos da regulamentação aplicável;
- (iii) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço, o que, para os fins desta Escritura de Emissão, não importará em qualquer delegação de responsabilidade, permanecendo a Emissora direta e pessoalmente responsável pelo cumprimento do disposto neste inciso;
- (iv) atender, em no máximo 10 (dez) Dias Úteis, às solicitações fundamentadas do Agente Fiduciário que possam interessar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, exceto pelas solicitações decorrentes das obrigações previstas na Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), as quais deverão ser tempestivamente atendidas, independentemente de notificação, observados os termos da presente Escritura de Emissão e as limitações legais e regulamentares a que está sujeita a Emissora;
- (v) preparar suas demonstrações financeiras em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras emitidas pela CVM vigentes à época e submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por auditor independente registrado na CVM, e proceder à adequada publicidade de seus dados econômico-financeiros,

nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e demais regulamentações aplicáveis;

- (vi) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras emitidas pela CVM vigentes à época, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou do auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso, em base razoável: (a) ao relatório de auditoria ou revisão especial do auditor independente entregue à Emissora referente as suas demonstrações financeiras consolidadas anuais ou trimestrais, conforme o caso; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora;
- (vii) manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto por aquelas em processo de renovação em razão do término de seu prazo de validade;
- (viii) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (ix) cumprir todas as determinações da CVM e da CETIP, inclusive mediante envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (x) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Vencimento, toda a documentação relativa à Emissão;
- (xi) não realizar operações fora do seu objeto social, conforme previsto atualmente no estatuto social da Emissora ou como eventualmente venha a ser previsto, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor e respeitado o disposto no item 4.14.3., inciso (xv), acima;
- (xii) notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.14 acima em até 3 (três) Dias Úteis que tomar conhecimento de sua ocorrência;
- (xiii) notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis após a deliberação ou após tomar conhecimento, conforme o caso, sobre quaisquer eventos ou situações que afetem negativamente, impossibilitem ou dificultem de forma justificada o

cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;

- (xiv) notificar o Agente Fiduciário sobre a instauração de qualquer processo judicial ou administrativo ou procedimento arbitral em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas) ou que afete ou possa afetar adversamente a Emissora e seus ativos, ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após tomar conhecimento do respectivo processo; e fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e arbitrais dos quais a Emissora figure como parte;
- (xv) notificar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (a) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (b) façam com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (xvi) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão judicial ou administrativa transitada em julgado, incluindo decisões administrativas decorrentes de atividade de autorregulação, voluntária ou compulsória, exercida por quaisquer entidades privadas, incluindo, mas não se limitando, às entidades administradoras de mercados organizados de valores mobiliários em que a Emissora tenha seus valores mobiliários distribuídos ou negociados, bem como em decisão final de procedimento arbitral, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas) ou que afete a Emissora ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 2 (dois) dias após a data em que a Emissora tomar conhecimento da respectiva decisão;
- (xvii) cumprir com suas obrigações relacionadas ao pagamento de todos os tributos, taxas e/ou contribuições, incluindo, mas não se limitando àqueles decorrentes da Oferta Restrita;

- (xviii) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social, com esta Escritura de Emissão e com o Contrato de Cessão Fiduciária, em especial os que comprometam o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;
- (xix) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (xx) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xxi) prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental, de vigilância sanitária ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, que (a) afetem a Emissora ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (b) sejam de valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (xxii) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e a CETIP para acesso aos sistemas MDA e CETIP21;
- (xxiii) manter contratadas, durante o prazo de vigência das Debêntures, apólices de seguro, conforme as boas práticas adotadas por empresas de seu setor de atuação;
- (xxiv) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xxv) disponibilizar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, conforme aplicável, relacionada aos Eventos de Vencimento Antecipado, em prazo não superior a 3 (três) Dias Úteis após o seu recebimento;

- (xxvi) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), as declarações e informações prestadas nesta Escritura de Emissão;
- (xxvii) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) especialmente convocada para esse fim, nos termos da Cláusula Sétima abaixo;
- (xxviii) não constituir, prestar ou assumir, em favor de terceiros, quaisquer ônus, gravames, garantias reais, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse, detenção e/ou controle sobre os Direitos Creditórios Cedidos, com exceção (i) da Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; e (ii) de eventuais onerações em valor individual ou agregado igual ou inferior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu valor equivalente em outras moedas);;
- (xxix) uma vez formalizada e constituída, manter sempre válida e exigível a Cessão Fiduciária;
- (xxx) praticar todos e quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção da Cessão Fiduciária, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre a Cessão Fiduciária, incluindo, mas não se limitando aos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, contra quaisquer processos administrativos, judiciais ou arbitrais que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa a Cessão Fiduciária;
- (xxxi) não praticar e instruir seus administradores e empregados a não praticar atos de corrupção ativa ou passiva com representantes de órgãos e repartições públicas ou com representantes de pessoas jurídicas privadas afim de obter vantagem indevida ou enriquecimento ilícito;
- (xxxii) garantir que, exceto no tocante às dívidas societárias já existentes com partes relacionadas já devidamente refletidas nas demonstrações financeiras da Emissora

e/ou qualquer de suas controladas, todos os mútuos ou operações de crédito que venham a ser firmados entre a Emissora e seus acionistas e respectivos controladores: (a) possuam cláusula expressa de subordinação às Debêntures; (b) tenham prazo de vencimento posterior à data de pagamento integral das Debêntures; (c) não prevejam hipótese de vencimento antecipado, amortização ou resgate antecipado, devendo o vencimento, amortização ou resgate, conforme o caso, ocorrer após o pagamento integral das Debêntures; (d) estabeleçam a capitalização de juros até o pagamento integral das Debêntures, devendo o pagamento de juros ocorrer somente após o pagamento integral das Debêntures; e (e) não contenham garantias de qualquer natureza;

- (xxxiii) cumprir com o disposto na legislação ambiental, sanitária e trabalhista e de saúde e segurança do trabalho em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos decorrentes das atividades descritas em seu objeto social, inclusive os causados aos seus trabalhadores, bem como a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividade econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais, sanitárias, trabalhistas e de saúde e segurança do trabalho em vigor;
- (xxxiv) cumprir com o disposto na legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, assédio moral ou sexual, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos causados, bem como a proceder a todas as diligências exigidas e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas que tratam do combate à discriminação de raça ou de gênero, assédio moral ou sexual;
- (xxxv) não contratar fornecedores e prestadores de serviços que sob sua orientação ou em seu favor realizem quaisquer atividades para a Emissora e que, no seu conhecimento, estejam em descumprimento com a legislação socioambiental e sanitária brasileira aplicável, assim como as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, incluindo, mas sem limitação, as normas regulamentares emitidas pelo MTE;
- (xxxvi) informar prontamente ao Agente Fiduciário, por escrito, (a) em até 5 (cinco) dias, o recebimento de qualquer comunicação ou evento que possa levar os órgãos

competentes a considerar descumprida qualquer norma sanitária ou de proteção ambiental; e (b) em até 5 (cinco) dias, o recebimento de qualquer notificação que acarrete ou possa acarretar o dever de indenização em razão de qualquer dano, especialmente dano de caráter ambiental ou sanitário;

- (xxxvii) adotar medidas preventivas para o atendimento da legislação trabalhista vigente, especialmente em relação (a) às restrições do trabalho noturno, insalubre e perigoso; e (b) à não utilização de trabalho ilegal ou discriminatório, inclusive, mas não se limitando, trabalho análogo ao de escravo e trabalho de crianças e de adolescentes menores de 18 (dezoito) anos de idade e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade, e implementar seus melhores esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também assim se comprometam;
- (xxxviii) indenizar, de forma irrevogável e irretroatável, os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas na presente Escritura de Emissão com base na data em que foram prestadas;
- (xxxix) notificar prontamente o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), em até 1 (um) Dia Útil contado da data da respectiva convocação;
- (xl) convocar prontamente, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que a Emissora entenda que seja do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável;
- (xli) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (xlii) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, incluindo, mas sem qualquer limitação:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício da Emissora e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade

com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras emitidas pela CVM vigentes à época;

- (b) submeter suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício à auditoria, por auditor independente registrado na CVM, e encaminhar tais informações ao Agente Fiduciário nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes e parecer do Conselho Fiscal, caso instalado, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, e enviá-las à CETIP;
 - (d) manter os documentos mencionados no alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM 358, especialmente, mas não se limitando, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder, ao Agente Fiduciário e à CETIP; e
 - (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.
- (xlili) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- (xliv) abster-se de negociar com valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita ("Comunicação de Encerramento"), salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400; e

- (xiv) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (b) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação.

5.2. Os valores mencionados nos incisos (xiv), (xvi), (xxi) e (xxviii) do item 5.1. acima serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

- (vii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (viii) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (ix) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (x) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão; o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente quanto à veracidade das informações ora apresentadas;
- (xi) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (xii) esta Escritura de Emissão, as Debêntures e o Contrato de Cessão Fiduciária constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"); e
- (xiii) conforme exigência da alínea (k) do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM 28, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma do grupo da Emissora por ela encaminhado, o Agente Fiduciário identificou que não presta serviços de agente fiduciário em outras emissões realizadas pela própria Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão e o eventual novo agente fiduciário da Emissão exercerá suas funções a partir da data de assinatura de aditamento relativo à sua substituição, conforme aplicável, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição ou, caso ainda restem obrigações inadimplidas da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas.

6.4. Serão devidas pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$4.000,00 (quatro mil reais), sendo a primeira parcela devida até o 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, na mesma data dos anos subsequentes. ("Remuneração do Agente Fiduciário").

6.4.1. As parcelas previstas no item 6.4. acima serão atualizadas anualmente pela variação percentual acumulada do IGP-M/FGV ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

6.4.2. Os valores descritos acima serão acrescidos dos tributos incidentes sobre a remuneração, quais sejam ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e outros que porventura venham a incidir, nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que estes valores correspondem a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços fiduciários pelas instituições financeiras, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.3. As remunerações não incluem as eventuais despesas com publicações em geral, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços, a serem pagas pela Emissora.

6.4.4. As remunerações serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

6.4.5. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem

adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.4.6. Caso a totalidade das Debêntures seja resgatada antes do seu vencimento, será devido, na data do resgate integral, o próximo valor subsequente.

6.4.7. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV.

6.4.8. O pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens e negócios;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro (a) desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERGS; e (b) do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que o oficial do registro notificará a Emissora, a qual deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (vi) acompanhar a observância, pela Emissora, da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) verificar a regularidade da constituição da Cessão Fiduciária e o valor dos Direitos Creditórios Cedidos, bem como a regularidade de eventuais outras garantias reais, flutuantes e fidejussórias que venham a ser constituídas, assim como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (x) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública da comarca da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias da data de solicitação;
- (xi) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos

órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, às expensas da Emissora, conforme item 4.21. acima;

- (xiii) informar a Emissora sobre a convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis de sua convocação;
- (xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo primeiro do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo listadas. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, organograma do grupo societário da Emissora (contendo, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades de controle comum, as coligadas, e demais sociedades, fundos de investimento e/ou pessoas naturais integrantes do mesmo bloco de controle, no encerramento de cada exercício social), bem como atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM, conforme aplicável;
 - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, bem como todas as disposições e obrigações no Contrato de Cessão Fiduciária;

- (f) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (g) resgate, Amortização Programada e pagamento da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (h) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (i) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
 - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Cessão Fiduciária; e
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (xvi) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada exercício social. O relatório deverá estar disponível na página do Agente Fiduciário na rede mundial de computadores e ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) na sede do Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder.
- (xvii) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, conforme item 4.21. acima, anúncio comunicando aos

Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;

- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas, bem como todas as disposições e obrigações relacionadas ao Contrato de Cessão Fiduciária;
- (xx) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (xxi) acompanhar as obrigações da Emissora no Contrato de Cessão Fiduciária, bem como cumprir com as obrigações estabelecidas pelo Agente Fiduciário no Contrato de Cessão Fiduciária;
- (xxii) examinar a proposta de substituição da Cessão Fiduciária, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (xxiii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e ao Banco Central do Brasil;
- (xxiv) acompanhar com o Banco Liquidante em cada Data de Pagamento da Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão; e

(xxv) disponibilizar o Valor Nominal Unitário, a ser calculado pelo Agente Fiduciário em conjunto com a Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de sua página na rede mundial de computadores.

6.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo).

6.7. Sem prejuízo de seu dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Adicionalmente, o Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, os quais continuarão a ser de obrigação da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.8. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes nesta Escritura de Emissão, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, os quais continuarão a ser de obrigação da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.9. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da

Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.10. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Montante Devido Antecipadamente, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (ii) executar a Cessão Fiduciária descrita no item 4.18. acima, conforme em vigor, bem como quaisquer outras garantias que venham a ser constituídas, em favor dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora, caso o produto da excussão da Cessão Fiduciária não seja suficiente para o pagamento da totalidade das Obrigações Garantidas;
- (iv) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo).

6.10.1 O Agente Fiduciário, observado o disposto nos itens 4.14.3. e seguintes desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos (i) a (iv) do item 6.10. acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) assim autorizar por deliberação da unanimidade dos Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), bastando, porém a deliberação da maioria dos Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) quando tal hipótese se referir ao disposto no inciso (v) do item 6.10. acima.

6.11. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação extrajudicial, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo

próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.11.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.11.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) especialmente convocada para esse fim.

6.11.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração paga ao Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata die*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo).

6.11.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.11.5. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.13. acima.

6.11.6. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicar sua aceitação do cargo aos Debenturistas em forma de aviso publicado nos termos do item 4.21. acima.

6.11.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito emitidos pela CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, às expensas da Emissora, nos termos do item 4.21. acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 8 (oito) dias, contados da nova publicação do edital de convocação.

7.6. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.7. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.8. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas, coligadas ou sociedade de controle comum da Emissora, bem como dos

respectivos diretores ou membros do Conselho de Administração da Emissora e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.8.1. Não terão direito a voto as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de quaisquer controladas ou coligadas ou de seus controladores, bem como de seus diretores ou membros do Conselho de Administração da Emissora e respectivos cônjuges.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.11. A presidência e a secretaria da Assembleia Geral de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos pela maioria dos Debenturistas presentes, ou seus representantes no caso dos Debenturistas serem pessoas jurídicas, ou àqueles que forem designados pela CVM.

7.12. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive com relação a (i) não declaração de vencimento antecipado das Debêntures; e (ii) alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro quórum específico.

7.13. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures dependerão da aprovação da Emissora e de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente:

- (i) a Remuneração e forma de seu pagamento;
- (ii) o prazo de vencimento das Debêntures;
- (iii) as condições de pagamento do Valor Nominal Unitário;

- (iv) qualquer dos termos e condições aplicáveis à Cessão Fiduciária, observadas as disposições constantes do respectivo Contrato de Cessão Fiduciária;
- (v) alteração e/ou renúncia a qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado;
- (vi) deliberação sobre alteração dos Eventos de Vencimento Antecipado Automático;
- (vii) modificação dos quóruns de deliberação e alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidos nesta Cláusula Sétima;
- (viii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta acima; e
- (ix) alteração das obrigações do Agente Fiduciário estabelecidas, especialmente, mas não se limitando, na Cláusula Sexta acima.

7.14. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.15. Independentemente das formalidades de convocação previstas na lei e nesta Escritura de Emissão, serão consideradas regularmente instaladas as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, de acordo com as leis brasileiras e regulamentações aplicáveis;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à Emissão à

Oferta e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (iii) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e da Cessão Fiduciária, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, a Emissão e a Oferta Restrita não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (2) criação de quaisquer ônus, gravames, garantias reais, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse, detenção e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade da Emissora e/ou qualquer de suas controladas, exceto pelo previsto no Contrato de Cessão Fiduciária; e/ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; e/ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, inclusive decorrente de atividade de autorregulação, voluntária ou compulsória, exercida por quaisquer entidades privadas, incluindo, mas não se limitando, às entidades administradoras de mercados organizados de valores mobiliários em que a Emissora tenha seus valores mobiliários distribuídos ou negociados, bem como qualquer ordem, decisão ou sentença judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou qualquer de suas controladas ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (v) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de todas as atividades descritas em seu objeto social, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às resoluções emitidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, bem como com as normas emitidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir quaisquer eventuais

danos, especialmente os de caráter ambiental e sanitário, decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

- (vi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração, que foi acordada por livre vontade entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (vii) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (viii) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras consolidadas, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, processo administrativo ou procedimento arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso à Emissora;
- (ix) todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita, para fins de análise e aprovação da Emissão, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (x) todas as declarações e informações relacionadas à Emissora, que constam desta Escritura de Emissão, são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes para os investidores em todos os seus aspectos;
- (xi) esta Escritura de Emissão, as Debêntures e o Contrato de Cessão Fiduciária constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (xii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto: (a) a inscrição desta Escritura de Emissão na JUCERGS; (b) o arquivamento da ata da RCA na JUCERGS; (c) a publicação da ata da RCA na forma prevista no item

2.2.1. acima; (d) o registro das Debêntures para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário na CETIP; e (e) o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;

- (xiii) a Emissora possuía e continua a possuir, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar o Contrato de Cessão Fiduciária, bem como todas as autorizações societárias e demais autorizações necessárias para a constituição da Cessão Fiduciária;
- (xiv) a Emissora possuía e continua a possuir, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, seus bens seguros, conforme as boas práticas em seu setor de atuação;
- (xv) os Diretos Creditórios Cedidos existem e, exceto pela Cessão Fiduciária descrita nesta Escritura de Emissão, estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, garantias reais, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, sua propriedade, titularidade, posse, detenção e/ou controle;
- (xvi) está adimplente com todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária; e
- (xvii) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, licenças e registros necessários para a condução de seus negócios.

8.2. A Emissora se compromete a notificar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

DIMED S.A. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS

Avenida Industrial Belgraff, n.º 865, Bairro Industrial

Eldorado do Sul – RS, CEP: 92990-000

At.: Sr. Antônio Napp

Telefone: (51) 3481-9550

Fac-símile: (51) 3481-9760

Correio Eletrônico: napp@dimed.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22.640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante/Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

Osasco – SP, CEP: 06029-900

At.: Srs. João Batista de Souza e Antonio Carlos Menegaci

Telefone: (11) 3684-7911 / (11) 3684-7691

Fac-símile: (11) 3684 2714

Correio Eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.menegaci@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

São Paulo – SP, CEP: 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo

correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de recebimento de "aviso de entrega e leitura". Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer uma das partes desta Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados, de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.7. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita, e registro da Cessão Fiduciária, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

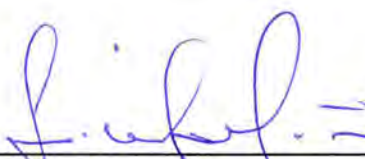
E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Eldorado do Sul, 29 de agosto de 2014.

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]

Página de assinaturas 1/2 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da DIMED S.A. Distribuidora de Medicamentos

DIMED S.A. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS

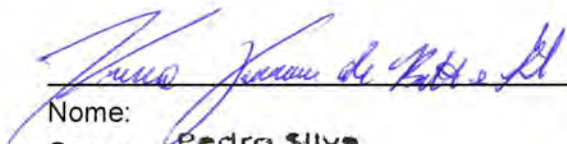


Nome: JÚLIO RICARDO ANDRIGHETTO
Cargo: DIRETOR
PRESIDENTE


Nome:
Cargo:

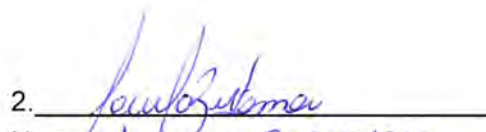
Página de assinaturas 2/2 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da DIMED S.A. Distribuidora de Medicamentos

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Pedro Silva
Cargo: Procurador

Testemunhas:

1. 
Nome: Rafael P. Rosalba
CPF: 153.433.867-50
RG: 23.500.671-5

2. 
Nome: MARCELO BERTMAN
CPF: 013.724.860-11
RG: 4066220809

ANEXO I

Cronograma de Amortização Programada

Data de Amortização das Debêntures	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
22.03.2017	12,5000%
22.09.2017	12,5000%
22.03.2018	12,5000%
22.09.2018	12,5000%
22.03.2019	12,5000%
22.09.2019	12,5000%
22.03.2020	12,5000%
22.09.2020	saldo do Valor Nominal Unitário

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]

ANEXO II

Cronograma de Pagamento da Remuneração

Data de Pagamento
22.03.2015
22.09.2015
22.03.2016
22.09.2016
22.03.2017
22.09.2017
22.03.2018
22.09.2018
22.03.2019
22.09.2019
22.03.2020
22.09.2020

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]